

“Revisando a Segurança de Barragens”

Jussara Cabral Cruz

Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Prof^a Dept^o Engenharia Sanitária e Ambiental - UFSM - RS

jussara.diretoria@abrh.org.br - jussaracruz@gmail.com

OBJETIVOS DAS OFICINAS

- ✓ Conhecer a situação e as lições aprendidas até o momento na implementação da PNSB
- ✓ Destacar as principais dificuldades encontradas no cumprimento das resoluções dos órgãos fiscalizadores
- ✓ Analisar os Projetos de Lei em andamento no Senado e na Câmara relativos à PNSB
- ✓ Buscar subsídios de contribuições, críticas e sugestões, para a revisão das Resoluções CNRH 143 e 144

OBJETIVOS DAS OFICINAS

COLETAR PROPOSTAS E SUGESTÕES PARA

- Aprimoramento da implementação da Lei e projetos de lei em tramitação
- Superar fragilidades das instituições em segurança de barragens
- Qualificação de quadros profissionais dedicados à segurança de barragens

- Responsabilidades
- Implementação e operacionalização
- Classificação - tipo e tamanho
- Capacitação - fiscalizadores, empreendedores, sociedade
- Seguro para barragens
- Sustentabilidade do Sistema de Segurança de Barragens
- Conselho/Fórum/Câmara Técnica/Comitê técnico
- Participação sociedade e comunicação
- Sistema de Informação sobre Segurança de Barragens (SNISB)
- Fiscalização da segurança e governança do sistema
- Plano de Ação de Emergência-PAE
- Integração com política de Recursos Hídricos e Ambiental

Síntese das oficinas

A Lei nº 12.334/2010 de Segurança de Barragens é muito nova, mas já produziu muitos resultados positivos.

Por outro lado, pelo pouco tempo, ainda não está implementada na sua plenitude.

CARTA

Considerando:

- que a Lei nº 12.334/2010 é muito recente, que sua regulamentação somente aconteceu em 2012,
- que o passivo de sua implementação é muito grande e
- que dificilmente seria viável a sua implementação plena até o momento:

foi considerado ponto pacífico nos debates na maioria dos Estados, que se **deve ter cautela em propor alterações em uma lei** que não teve tempo ainda de ser verificada sua eficácia, **antes de consolidar a experiência com os atuais procedimentos.**

CARTA

- a Lei não deve ser alterada antes de se consolidar a experiência com os atuais procedimentos;

- nenhuma ação será efetiva na Lei sem que recursos financeiros sejam alocados para a manutenção das obras e garantia de sua segurança;

- há necessidade dos entes do sistema se adequarem a lei, de serem fortalecidos, de estabelecimento de fluxos e procedimentos, bem como da consolidação do sistema de informações;

CARTA

- **distinção entre acidente e desastre:** a distinção entre acidente e desastre, deve ser conhecida por todos os que atuam no assunto, tal como especifica o Decreto N° 7.257, de 4 de agosto de 2010, assim como os dispositivos da Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012, em especial quanto às competências dos entes federados, bem como verificar definição de “Acidente” e “Incidente”;

- **altura da barragem:** entende-se que devem ser mantidos os termos atuais do Art 1º Inciso I da Lei, portanto deve ser sugerida a rejeição de modificação em sua definição.

CARTA

- **responsabilidade objetiva do empreendedor:**

- já existem leis que possibilitam a penalização do empreendedor nestes casos. O Código Civil trata do tema, assim como a lei de crimes ambientais.
- Por outro lado, como as penalidades estão dispersas em outras normas legais,
- isso sugere a necessidade de que ocorra uma definição clara sobre as penalidades aos responsáveis por barramentos que não cumprem suas obrigações exigíveis na lei,
- o que pode ser facilitado por meio da organização de uma coletânea das normas correlacionadas, ou mesmo que a Lei 12.334 a especifique também;

CARTA

- **validação do projeto por especialista:** - os projetos de barragens de risco alto e dano potencial associado alto ou médio devem ser validados por profissionais independentes, cujo cumprimento deve ser exigido por ocasião do licenciamento ambiental e/ou da outorga. Nesse caso, necessário verificar a viabilidade das empresas públicas e privadas contratarem esse serviço. **Esta disposição deve ser tratada em Lei.**

- **Fórum Nacional:** o tema deve ser dirigido ao CNRH, que deverá regulamentar as condições para a composição de um grupo de avaliadores especializados, ou seja, interpretar a segurança de barragem como assunto específico e exigir a qualificação correspondente (competência legal definida pelo CREA e experiência definida pelo acervo técnico ou CV) dos profissionais que poderão se manifestar quando os temas relacionados à segurança de barragens forem levados à CTAP

CARTA

- **PAE**: não há necessidade de alteração da Lei, exceto no que diz respeito à divulgação do PAE, a partir da fase de projeto da barragem quando do licenciamento ambiental, e maior envolvimento da Defesa Civil, em todas as etapas de sua elaboração e implementação. Tais pontos devem ser previstos em Lei e, portanto, cabe o seu tratamento com os relatores dos PLs.

Além destes pontos, não há necessidade de alterar a Lei no que diz respeito à previsão de envolvimento das comunidades interessadas. As interessantes sugestões de que os PAE's deverão considerar não somente o rompimento das barragens, mas, também, a ocorrência de grandes cheias, e ser integrado aos mapeamentos de áreas de risco e Planos de Contingência que porventura existam nos municípios e na bacia hidrográfica, **devem ser tratadas em Resolução do CNRH**

CARTA

SEGURO

entendeu-se como não sendo conveniente o seguro obrigatório pela possibilidade de colocar os empreendedores públicos e privados em submissão às seguradoras, que poderiam abusar das exigências ou dos valores cobrados em função do caráter de obrigatoriedade. Ao contrário, se opcional, o sistema pode induzir ao incremento da segurança, devido à própria lógica do sistema.

Sugere-se que o CNRH atue junto aos relatores dos PLs, no sentido de que seja definido um prazo, dilatado (dois anos, no mínimo), para o estudo da viabilidade da medida e das condições de sua implementação, se for o caso, com participação de representantes dos empreendedores, órgãos fiscalizadores, seguradoras e comunidade técnica especializada em barragens;

CARTA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENAIS

sobre a sugestão do PL 224-16 de incluir um capítulo “DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES”, há que se promover a discussão para a formação de consensos e levar as conclusões ao relator do PLS, pois:

se por um lado as disposições propostas são necessárias para prover os órgãos fiscalizadores de instrumentos de coerção para propiciar o devido cumprimento da Lei,

por outro lado entende-se que as infrações ambientais e de recursos hídricos **são tratadas em regulamentações específicas**, assim como as responsabilidades cíveis e penais já são tratadas pelos códigos civil e penal respectivamente;

CARTA

Cabe ao CNRH

promover a análise de outros assuntos tratados nas Rodadas de Oficinas “Revisando a Segurança de Barragens”, para a eventual regulamentação:

- fiscalização, capacitação, PAE, sistema de informações, sustentabilidade do sistema, integração com políticas ambientais e de recursos hídricos, entre outros.

CARTA

Obrigada!!